



## JUDICIÁRIO

# STF cobra resposta dura ao caso Master

Fachin afirma que os Poderes estão sendo desafiados e que escândalos recentes são ausência de controle no mercado financeiro. Gilmar cita magnitude do episódio, mas destaca que tentar resolver a crise de confiança mirando só no tribunal é “miopia deliberada”

» RENATO SOUZA  
» VANILSON OLIVEIRA

Gustavo Moreno/STF



Fachin: “Poderes estão sendo desafiados a dar resposta forte, objetiva para demonstrar que escândalos dessa natureza merecem a devida apuração”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, enfatizou que o caso das fraudes envolvendo o Banco Master exige uma “resposta forte” das instituições. De acordo com o magistrado, a Corte e os demais Poderes “estão sendo desafiados” ante o episódio. A declaração ocorreu durante evento na sede do tribunal.

“O que mencionei é que todo tribunal constitucional é um produtor de confiança e legitimidade. O STF e os demais Poderes estão sendo desafiados a dar resposta forte, objetiva para demonstrar que escândalos dessa natureza merecem a devida apuração”, ressaltou Fachin, em breve conversa com jornalistas, já no início da noite.

Mais cedo, em audiência pública para discutir a capacidade fiscalizatória e a eficiência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), também na Corte, Fachin criticou a falta de controle no mercado financeiro.

“Escândalos recentes mostram a exata consequência nefasta da ausência de limites e de controles. Portanto, é nessa medida que, ao lado de apurar e sancionar quem eventualmente tenha incorrido em desvios, é fundamental também discutir macroscopicamente as causas dessa ausência de limites e de controles”, sustentou.

A atuação da CVM vem sendo criticada nos últimos meses, principalmente após os escândalos envolvendo o Master. “Esta audiência versa sobre uma questão que, embora de aparência eminentemente técnica, toca em algo essencial para qualquer Estado de Direito Democrático: os limites do poder de tributar e a relação entre o que o Estado cobra e o que o Estado efetivamente entrega à cidadania”, acrescentou.

Na audiência, o ministro Gilmar Mendes também afirmou que o caso Master exige uma resposta ampla do Estado, com reforço da capacidade de fiscalização do sistema

### Arrecadação

A audiência trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7791, ajuizada pelo Partido Novo em 2025 questionando a cobrança da taxa de fiscalização da CVM. A legenda destaca que a arrecadação da comissão tem crescido bastante sem que isso se traduza em fortalecimento da instituição, uma vez que 70% dos recursos arrecadados vão direto para o caixa do Tesouro Nacional.

financeiro. “A magnitude do recente escândalo do Banco Master, cujos detalhes vão sendo revelados, vem gerando justas perplexidades e indignação na população e correndo a reputação de nossas instituições”, destacou.

O decano citou o impacto de escândalos recentes e o descrédito generalizado de várias instituições. “Temos, portanto, um quadro de descrédito generalizado, impulsionado pelas dificuldades que o Estado brasileiro tem enfrentado para atender demandas básicas dos cidadãos”, frisou. Segundo ele, “pretender resolver a crise de confiança mirando apenas o Supremo é, no mínimo, ingenuidade; mas, mais provavelmente, miopia deliberada e intenções obscuras”.

O magistrado ainda defendeu

uma agenda maior de mudanças institucionais. “Precisamos de uma reforma muito mais ampla e profunda: algo como um Novo Pacto Republicano, ou uma reforma do Estado brasileiro”, sugeriu. E citou, entre as medidas necessárias, o aprimoramento do sistema eleitoral, das emendas parlamentares e dos mecanismos de controle e transparência.

As investigações sobre as fraudes envolvendo o BRB e o Master estão sendo conduzidas pela Polícia Federal, sob relatoria do ministro André Mendonça. O dono do Master, Daniel Vorcaro, foi preso, assim como o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa. Ambos estão em tratativas para firmar acordos de colaboração premiada. No entanto, mesmo sem as delações, os investigadores avançam

na identificação de envolvidos, em planilhas de pagamento de propina e em recursos desviados para abastecer o esquema.

Ao contrário do que ocorreu em outros escândalos julgados pelo Supremo, como a Lava-Jato e o Mensalão, no do Master o próprio tribunal foi arrastado para o caso, com o suposto envolvimento de três de seus magistrados. O ministro Alexandre de Moraes foi ligado ao episódio pela atuação da esposa, a advogada Viviane Barci, que firmou um contrato de R\$ 129 milhões com o banco de Vorcaro. Em nota, o escritório de Barci garantiu “que nunca conduziu nenhuma causa para o Banco Master no âmbito do STF”.

Já o ministro Dias Toffoli é sócio de uma empresa que também recebeu dinheiro do banco de Vorcaro.



**Temos um quadro de descrédito generalizado, impulsionado pelas dificuldades que o Estado brasileiro tem enfrentado para atender demandas básicas dos cidadãos. (...) Pretender resolver a crise de confiança mirando apenas o Supremo é, no mínimo, ingenuidade; mas, mais provavelmente, miopia deliberada e intenções obscuras”**

**Gilmar Mendes, decano do STF**

A presença dele na sociedade foi confirmada pelo próprio magistrado, que negou qualquer ilicitude em relação aos valores recebidos ou influência do Master em relação ao caso. Ele era o relator da investigação, mas se afastou após pressão contra a Suprema Corte.

Por sua vez, o ministro Nunes Marques teria viajado de Brasília para Maceió, com a esposa, em um avião particular que pertence à empresa que administra os bens de Vorcaro, a Prime You — conforme mostrou reportagem do Estadão. O jornal afirma que o ministro foi para a festa de aniversário da advogada Camilla Ewerton Ramos, que atua para o Master em ações sobre créditos do setor de produção de açúcar e álcool. Marques não se manifestou sobre a situação.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## As lições do governo Allende, as eleições abertas e a solidão do poder

Adeus, senhor presidente, de Carlos Matus Romo, é uma obra singular no campo da reflexão sobre governo e poder na América Latina. Mais do que um manual de gestão, é um diálogo dramático entre um presidente fictício e seu assessor, no crepúsculo de um governo. Matus nasceu no Chile em 1931. Formou-se, em 1955, na Escola de Economia da Universidade do Chile. Fora assessor do ministro da Fazenda e ministro da Economia do governo de Salvador Allende, de 1971 a 1973, antes de se tornar o maior estudioso latino-americano sobre planejamento de governo e governabilidade.

Após o sangrento golpe do general Augusto Pinochet, no Chile, em 11 de setembro de 1973, Matus passou dois anos preso nos campos de concentração de Isla Dawson e Ritouque. Durante esse período, com base na experiência do governo Allende, desenvolveu suas teorias e

conceitos sobre planejamento estratégico e gestão pública. Libertado em 1975, partiu para o exílio na Venezuela e buscou responder à seguinte pergunta: “Por que um governo com tanta popularidade e com tão boas intenções caiu de forma tão fragorosa, diante de um golpe militar?”

Matus faleceu em 21 de dezembro de 1998, em Caracas. Sonhava regressar ao Chile. Suas cinzas foram espalhadas em sua casa em Isla Negra, diante do mesmo mar sobre o qual o poeta Pablo Neruda teceu seus poemas e passou seus últimos dias. O Líder sem estado-maior e Estratégias políticas: chimpanzé, Maquiavel e Ghandi são outras obras do economista chileno conhecidas no Brasil.

Há um paralelo entre Adeus, senhor presidente e a situação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A obra de Matus é um balanço tardio do poder, feito quando já não há mais espaço para ilusões. O

presidente fictício descobre, no fim do mandato, que governar não é executar um programa, mas administrar conflitos, limitações e, sobretudo, a perda progressiva de controle sobre a própria agenda.

É mais ou menos o que acontece com o presidente Lula. Na disputa eleitoral na qual busca a reeleição, já não é o líder absoluto, mobilizador, capaz de representar grandes esperanças, dono da expectativa de poder. É um governante em apuros, pressionado por contingências que não controla, como a crise do mercado de petróleo, provocada pela guerra do Irã, e uma correlação de forças adversa no Congresso e na sociedade, que agora o obriga a operar no “modo sobrevivência”.

Governabilidade depende da articulação política e da capacidade administrativa, dizia Matus. Quando essa integração falha, o governante passa a ser refém de estruturas que

não controla e da avaliação negativa do governo. No caso de Lula, a rejeição inédita de um indicado ao Supremo Tribunal Federal — fato sem precedentes desde o século XIX — sinaliza exatamente isso: o presidente perdeu capacidade de coordenação sobre a engrenagem central do sistema político.

### Sem respostas

Na linguagem de Matus, a agenda governamental está sendo capturada por outros atores. É o caso da segurança pública e das terras raras, por exemplo. É o que também pode acontecer com outras bandeiras do governo, como o fim da escala 6 x 1. O presidente fictício de Matus percebeu tarde demais que sua ação foi condicionada por forças que subestimou. É a situação de Lula, principalmente no Congresso. O Senado, sob liderança de Davi Alcolumbre, afirmou-se como poder autônomo e impõe limites claros ao Executivo.

Com a derrota da indicação de Jorge Messias ao STF, na semana passada, de uma só vez, o presidente Lula perdeu a blindagem que tinha

no Senado e, também, no Supremo Tribunal Federal (STF), devido ao envolvimento de alguns magistrados na disputa. O fato novo não é mais a dinâmica das sucessivas pesquisas eleitorais, mas a mudança de correlação de forças no “poder instalado”, a perda de capacidade de coordenação sobre uma engrenagem central do sistema político, com a entrada em cena de um Corte cuja dinâmica interna cada vez mais se entrelaça com interesses políticos.

Há também o componente da solidão do poder. Em Adeus, senhor presidente, o governante se vê isolado no momento decisivo, cercado por assessores, mas sem um verdadeiro “estado-maior” capaz de formular e executar estratégias consistentes. É prisioneiro de uma “jaula de cristal”, na qual só escuta quem está dentro dela, enquanto os que estão fora observam o que acontece na sua cozinha, como a “paparicação” dos puxa-sacos e a redução do círculo decisório. No Palácio do Planalto, hoje, o fenômeno se repete: quanto mais a crise avança, mais o poder se concentra e, ao mesmo tempo, mais vulnerável se torna.

O governo precisa responder a perguntas incômodas sobre o que deixou de fazer e o que não deu certo. Quais compromissos foram preservados ou abandonados? Esse balanço começa a ser antecipado pela conjuntura eleitoral. O elevado endividamento das famílias, a pressão inflacionária recente e a dificuldade de transformar políticas públicas em percepção positiva indicam que os resultados concretos não produziram o retorno político esperado.

É as pesquisas mostram um país fragmentado, com forte tendência ao posicionamento “independente” dos candidatos nos principais estados, que tangenciam o empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro no plano nacional. A polarização persiste, mas perdeu capacidade de organizar plenamente o sistema político. É como se o eleitorado tivesse abandonado as ilusões simplificadoras em relação aos dois líderes da disputa. Nesse sentido, as eleições são um “jogo aberto”, que não segue necessariamente as regras previsíveis do confronto clássico governo e oposição. Há um terreno muito pantanoso a ser atravessado.